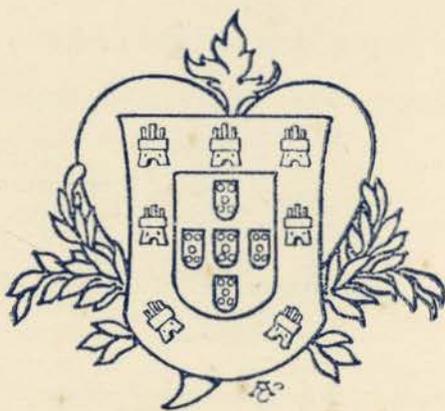


TERRA PORTUGUESA

REVISTA ILUSTRADA DE ARQUEOLOGIA ARTISTICA
E ETNOGRAFIA



LISBOA
Na Oficina do Anuario Commercial Praça dos Restauradores, 24.
MCM XVI

SUMARIO

N.º 8 — SETEMBRO DE 1916

	Pag.
Rendas Portuguesas — <i>D. Ana de Castro Osorio</i>	33
Naus de São Vicente — <i>G. de Mattos Sequeira</i>	37
Um retrato de Bocage ? — <i>Augusto de Castro</i>	45
Antonio Ramalho.....	49
A industria popular de Mondim «das Meias» — <i>Dr. Vergilio Correia</i>	50
Portadas de livros da receita e despesa das freiras de Beja — <i>Afonso de Dornellas</i>	53
A fiação e a tecelagem manuaes em Portugal — I — Os tecelões-paramenteiros de Braga — <i>D. Sebastião Pessanha</i>	57
Medicina popular : Quebradura — <i>Dr. Claudio Basto</i>	62
Nota : Marcações primitivas — <i>V. C</i>	52

PÁGINA SOLTA

Manuel Maria Barbosa du Bocage (?) — Miniatura pertencente ao Ex.^{mo} Sr. Conde do Almarjão.

ASSINATURAS

(Pagamento adiantado; cobrança á custa do assinante)

SEMESTRE

PORTUGAL	1\$20	ESTRANGEIRO	7 frs.
AFRICA E INDIA.....	1\$40	BRAZIL.....	7\$00

Numero avulso \$20

Na Administração d'esta *Revista* aceitam-se anuncios de *Livrarias, Casas que negociem em antiguidades*, etc.

Dentro em breve iniciar-se-ha uma secção destinada a facilitar transações de objectos *artisticos e arqueologicos*, entre os leitores da *Terra Portuguesa*.

ABR 1957

TERRA PORTUGUESA

DIRECTOR LITTERARIO: VERGILIO CORREIA	EDITOR E PROPRIETARIO: D. SEBASTIÃO PESSANHA	DIRECTOR ARTISTICO: ALBERTO SOUZA
ANNO 1. ^o —N. ^o 8	REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO Rua Rodrigo da Fonseca, J. P.—Lisboa Comp. e imp. na Typ. do Anuario Commercial Praça dos Restauradores, 24—Lisboa	SETEMBRO DE 1916



RENDAS PORTUGUESAS



Em Portugal, pouca ou nenhuma atenção tem merecido dos governos a industria nacional das rendas, que, em outros países, atingiu um desenvolvimento extraordinario, considerada como industria artistica das mais justamente crédoras do carinhoso interesse oficial.

Não se dedignaram de fomentar o seu desenvolvimento, em França, os ministros de mais alta reputação politica, nem de firmar decretos a protegê-la os reis de mais soberbo poderío.

Para evitar a drenagem de oiro que a importação das rendas flamengas fazia na Inglaterra, alguns decretos se promulgaram; e de tal fórmula o assunto pesava na economia publica, que a Espanha, senhora então dos Países Baixos, imediatamente fazia reflectir os financeiros sobre o assunto, proibindo a importação dos tecidos de

lã manufacturados na Inglaterra.

Na Italia, as preciosas rendas de Veneza atingiram uma perfeição e preços de verdadeiras joias artisticas. De lá foi para França, e se espalhou por toda a Europa, a moda gentilissima das golas encanudadas á Medicis, de que Henrique III fez o seu mais querido luxo. Porque a renda, que é hoje considerada um adorno apenas feminino, começou a ser usada pelos homens, que espalharam a sua moda e dela fizeram um uso imoderado.

Os grandes países da Europa e em especial a Inglaterra e a França não perderam mais de vista o interesse que a Arte e a economia nacional tinham em desviar a corrente de opiniões, que consagrou incondicionalmente superior a renda flamenga, mais conhecida pelos nomes das cidades productoras, como Bruxelas, Bruges, Liège, Malines e outras.

Os ingleses, com os seus decretos e leis sumptuarias e proibitivas, deram o nome de *ponto de Inglaterra* a uma variedade de rendas feita em Bruxelas, mas não conseguiram nunca suplantar a preciosa industria de que as mulheres flamengas mantiveram até hoje uma primazia, que muito as honra.

RENDAS PORTUGUESAS

A França conseguiu por algum tempo distanciar-se da industria flamenga e criou verdadeiras preciosidades nas suas «valencianas», essa deliciosa renda que pede cambraias e bretanhas transparentes, consumindo uma semana de trabalho duma habil rendeira para produzir 35 ou 40 milímetros de verdadeira obra de arte, na beleza e no valor. Mas essa, como a de Binche, Lille, Arras, Bailleul, Paris, Chantilly e tantas outras, voltou á Flandres, onde o amoroso cuidado das rendeiras as nacionalizou tambem.

Quasi todas ligadas entre si pela factura e pelo desenho, são sempre a mesma exteriorização delicada da beleza e do gosto artistico.

O interesse que aos governos estrangeiros mereceu sempre a industria rendeira, prova-o na hora presente a Alemanha, utilitaria e dura, ordenando que as rendas belgas não deixem de produzir-se.

Invadindo e esmagando a pobre Belgica, não quís perder essa fonte de receita — minério de amor e de arte arrancado ao esforço da mulher, como o negro carvão é tirado das entranhas da terra pelo extenuante labor masculino.

E, para não perder essa riqueza, que fazia o orgulho de Bruxelas e de Bruges, os bilros esquecidos pelas rendeiras habeis, que a guerra surpreendeu e esmagou sob as rodas pesadas das suas maquinas assassinas, foram entregues á aprendizagem de mulheres que da Alemanha chamaram, em ordens militares.

Só entre nós a renda passa, aos olhos da multidão ignorante, como futilidade sem importancia, frioleira que a mulher executa para matar o tempo, que para nada lhe serve, ou adorno que usa por simples vaidade luxuosa, sem lhe compreender o alcance educativo.

Raros são em Portugal os que têm a devoção artistica da renda, fazendo a maioria gala da sua ignorancia, confundindo e baralhando barbaramente os diversos tipos, catalogados pelos seus especiaes caracteristicos, chegando ao cumulo de não distinguirem a renda feita com a arte e o carinhoso mimo do trabalho manual com a renda banalizada pelo industrialismo, que, barateando as imitações, mais valor deu á renda verdadeira, o luxo e o prazer mais espiritual dos que têm o culto sincero da Arte.

E, no entanto, a renda portuguesa tem direitos historicos e direitos artisticos que não podemos continuar a deixar na obscuridade, especialmente nesta ocasião, em que o mercado tem dificuldade em se fornecer de rendas estrangeiras. O momento é unico para esta industria, como para muitas outras, para marcar definitivamente o nosso lugar na historia artistica e industrial da civilização.

Faltam-nos, é certo, os documentos para historicamente nos habilitarmos a classificar o lugar que teve nas leis sumptuarias de D. João III, pois a primeira vez que a palavra *renda* aparece nas pragmaticas é em 1560, na lei firmada por D. Sebastião.

Em 1610, tambem Filipe II manda, em nova pragmatica, que se não usem *rendas* nem *desfiados*, não se sabendo bem se esta palavra *renda* já se refere ao trabalho das rendeiras de bilros, se ao antiquissimo *crivo* e franja de nós (*macramé*) trabalho, certamente, ensinado pelos arabes.

Mais tarde, já na regencia de D. Pedro, as rendas portuguezas são resalvadas na pragmatica publicada em 1677, que só consentia guarnições de seis dedos de largura, se forem de *rendas feitas no reino*.

Mas vem o reinado de D. João V, cujo desvairado luxo se desdobra sobre todas as coisas como uma chuva de oiro dum Jupiter faustoso e omnipotente, e, contra toda a nossa

RENDAS PORTUGUESAS

expectativa, é a sua pragmática que atinge, apesar do seu anonimato, ou talvez mesmo por ele, a pobre indústria nascente das rendas portuguesas.

Este monarca, que teve o verdadeiro delírio das grandezas e encheu de rendas preciosas de Flandres, compradas a peso de ouro, as vestimentas sacerdotais, ainda hoje uma das maiores riquezas do riquíssimo tesouro de S. Roque, teve um dia o capricho de moderar o luxo dos outros e lançou na miséria milhares de pobres famílias, que viviam do trabalho modesto das suas mulheres.

Foi então que as rendeiras do norte se reuniram em comício público e mandaram á côrte a sua delegada, Joana Maria de Jesus, de Vila do Conde.

E de tal maneira esta precursora do feminismo, que pede o direito à vida reclamando o direito ao trabalho, se houve na defesa da sua demanda, que, depois de inúmeras cansaças e esperas pelas ante-camaras do paço, conseguiu um alvará com força de lei, publicado em 20 de Setembro de 1749, permitindo o uso das rendas feitas em Portugal, em lenços, toalhas, lençóis e outras roupas de serviço doméstico, mantendo, porém, a proibição em guarnições de uso pessoal, como golas, punhos, voltas e outros adornos de vestidos, tanto aos homens como ás mulheres.

Ficava assim posto de parte um dos ramos mais delicados, e em toda a parte mais cuidadosamente trabalhados, que é a renda, como ornamento externo do vestuário.

A corajosa Joana Maria de Jesus deu-se já por feliz com o resultado obtido e, com ela, as pobres e habeis rendeiras de Vila do Conde e de toda a região do norte do país. Se nesta campanha entraram as rendeiras do centro e do sul de Portugal, delas não resa a história.

São também escassas as referências que á renda nacional se encontram nos autores antigos, sendo o primeiro que nos recorda Gil Vicente, num interessantíssimo dialogo da «Comedia de Rubena», louvando a actividade e pericia das bordadoras e lavran-deiras.

O poeta Chiado, na «Prática dos Compadres», refere-se ao trabalho precioso dos pontos do bordado, em que se faz uma breve referência aos *fiões tirados*, o «crivo», que é ainda hoje uma industria famosa das mulheres do Minho e uma delicada arte nas bordadeiras dos Açores.

Manuel de Figueiredo, no seu curioso teatro, tão cheio de notas valiosas do meio, das ideias e da indumentaria do seu tempo, põe na boca dum seu personagem, com ar de troça: «Das rendas do país, só oiço falar em Setubal ás tafues com mofa».

E' que já então era o que depois foi, a ultima palavra da elegancia casquilha, o desdenhar de quanto era português, contraditando até os estrangeiros, se eles caem na asneira de dizer qualquer palavra amavel a respeito das nossas coisas.

Esta referência ás rendas de Setubal, do infeliz comediografo, revela a existencia das rendas do sul, que até ahí não tinham tido, como as do norte, o reclamo do protesto de que foi voz a denodada Joana Maria de Jesus.

Com o impulso dado ao país por essa figura, tão mal estudada ainda, apesar de quanto dela se tem dito de panegiresco e detractivo, que foi o Marquês de Pombal, as rendas portuguesas encontraram então o caminho official por onde teriam subido á maior altura, se não foram as desgraças nacionais, que tudo arrastaram na onda de pavor e de lama.

RENDAS PORTUGUESAS

Merece larga citação a pragmática de 27 de Abril de 1751, revogando a de D. João V e dando fóros de *nobreza* ás já então lindas rendas de Portugal:

«...Item, da proibição do meu capitulo I, exceptuo todas as *rendas* que se fizerem dentro dos limites do continente de Portugal, e do Algarve por vassallos meus, nascidos nos referidos reinos, permitindo que estas ditas *rendas* possam servir, assim na roupa branca do uso das pessoas, como nas toalhas, lençois e outras alfaias de casa, como se praticava antes da publicação das ditas pragmáticas. Porem, para as ditas rendas poderem ser introduzidas nesta cidade de Lisboa, daqui em deante deverão trazer guias dos escrivães das Camaras dos lugares donde sairem, para, na conformidade das mesmas guias, se lhes dar despacho e pôr selos officiais da alfandega, sob pena de que todas as rendas que forem achadas nas ditas duas cidades sem a marca do selo serão tomadas por perdidas a favor do Hospital Rial. E, porque nesta manufactura se empregam sómente pessoas pobres, que vivem do trabalho de suas mãos, ordeno que, assim as guias, como os despachos e selos, sejam feitos e postos sem por isso se levar algum emolumento, sob pena de suspensão, até nova mercê minha, contra os transgressores.»

Não esquecia nada o previdente decreto, desde a localização da renda, unica maneira de se poderem criar tipos com nome no mercado, até á justa atenção á pobreza das rendeiras.

Já nesse tempo havia rendeiras por todo o litoral, como as havia nos conventos, donde saíam os mais aperfeiçoados trabalhos para ornamento das roupas consagradas ao culto.

Como succedeu com os tapetes conhecidos pelo nome generico de Arraiolos, sempre em Portugal houve, ao lado da industria plebeia das rendas, saídas, com mais ou menos perfeição e uma persistencia um pouco monotona nos desenhos, das mãos laboriosas das mulheres dos pescadores de toda a costa portuguesa, a renda fina, por assim dizer aristocratica, imitando os modelos estrangeiros e executada com as linhas e sedas esmeradamente procuradas pelas freiras, que, no silencio recolhido dos conventos, trabalhavam sem preocupações de interesse material, esmerando-se em fazer obra condizente com o desejo espiritual de adornar os altares e os santos com obra que da divindade fosse digna, e tambem com a pequenina e desculpavel vaidade de que o padre capelão do seu convento tivesse, nas suas alvas e roquetes, trabalho mais aprimorado que outro qualquer.

Adeante daremos gravuras que mostram delicadissimas rendas no genero Malines e Lille, provenientes do antigo e artistico convento de Jesus de Setubal, — velhos *piques* perdidos na inevitavel transformação das coisas e outr'ora executados por mãos de fidalgas, rendas que representam a aristocratica humildade de princezas-monjas, lassoas de mundanos prazeres e tendo trocado as feras amarguras das vaidades do mundo pela doce paz de uma clausura sem responsabilidades. No convento de Jesus só eram admittidas trinta e tres freiras, devendo uma ser de sangue real.

(Continúa.)

ANA DE CASTRO OSORIO.



FIG. 1

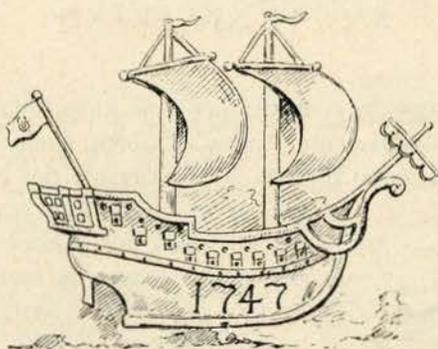


FIG. 2

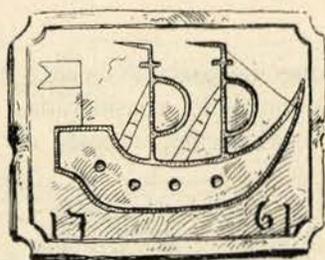
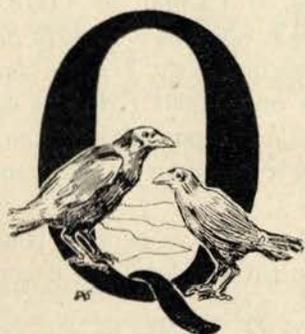


FIG. 3

NAUS DE SÃO VICENTE



UANDO se me depara, ao cruzar as ruas de Lisboa, descaracterizadas pela pavorosa inventiva dos mestres de obras, uma dessas graciosas insignias do dominio municipal; quando vejo essas galantissimas naus, corvetas e galés, de cascos elegantes e cabos estilizados, lavradas em pedra lioz ou em marmores de Liceia (1), avultando nas fachadas despretenciosas de velhas moradias, sinto uma verdadeira satisfação, e, aos meus olhos de arqueólogo amador, essas pequenas esculturas atingem foros de soberbas obras de arte, tanta é a ridiculeza da decoração, reles e presumida, dos predios modernos.

As naus de São Vicente! Que ingénua graciosidade a sua! Como sabe bem demorar a vista em tão singelas obrinhas dos canteiros alfacinhas!

António Quaresma — que é um artista — achou-se, como eu, enamorado delas. Sabendo sentir essas emoções, de que descuram desdenhosamente certos espiritos superiores, quis arquivá-las no seu album, e desenhou-as. Coube-me, pela força das circunstancias, o encargo de fornecer, para a sua reprodução, a documentação acessória. Será, pois, o meu arrazoado que sirva de ilustração e sejam as ilustrações o texto do artigo.

Passa em julgado o paradoxo.

A designação genérica com que se epigráfam estes apontamentos — *Naus de São Vicente* — podem assaca-la de impropria ou supô-la duvidosa. Justifica-a, porem, a voz popular que a consagrou, não só pela sua eufonia e beleza propria, senão pela lenda religiosa

(1) Nas pedreiras de Liceia, que foram exploradas para a reconstrução de Lisboa, veem-se ainda em varios pontos, mas muito gastados do tempo, alguns altos relevos representando as naus municipais. Parece que esta indicação se refere à posse das pedreiras por parte da Camara. Deu-me esta noticia e muitas outras, sobre arqueologia naval e nomenclatura náutica, aproveitadas neste estudo, o sr. Almirante Brás de Oliveira, ilustre publicista e lente da Escola Naval.

NAUS DE SÃO VICENTE

que lhe anda associada e que se consubstanciou na ideografia heráldica da cidade. A sua significação, consideradas isoladamente, todos a sabem. Com elas assinalavam, os homens do Concelho, a posse do dominio directo, a propriedade dos chãos urbanos, doados pelos monarcas, adquiridos por herdamentos e escambos, ou advindos por apropriação dos baldios do subúrbio e das praias da margem, e nos quais iam edificando moradias, construindo obras de utilidade, como fontes públicas e chafarizes, quando os não aforavam aos cidadãos para engrandecimento e povoação do burgo.



FIG. 4

As doações, principal origem do aumento territorial dos bens municipais, vinham de longa data. Já D. Afonso III, como *procuratur et defensor regni*, lhe doara, em 1248, o *logar da Ribeira*; D. Afonso IV, em 1329, o *Campo da Oyra*; D. João I, de 1384 a 1393, dois chãos á *porta do Ferro*, os *paços das Carniçarias*, do *Trigo e das Fangas da Farinha*, e as oito léguas redondas do

arrabalde; e D. Manuel, além dos chãos para o *terreiro de agazalhar o pão*, das *cabanas da Ribeira* e do *Almocavár* dos Moiros e Judeus, varios chãos e *salgados* da margem, desde a Tanoaria a Cata que farás.

A cidade tendia a alargar-se para o ocidente, á babugem da praia; e, a pouco e pouco, um chão agora e outro logo, meado o século XVI, atingia já o rio de Alcântara, n'uma larga fila de casaria a mirar-se nas águas do Tejo. A despeito do terremoto, ou, para melhor dizer, das reconstruções posteriores, que enterraram nos alicerces e atiraram aos entulhos muitas das insignias municipais, ainda hoje são numerosas as naus de São Vicente, tanto nos arruamentos marginaes como no ambito da velha Moiraria, documentando a posse da Camara e alegrando as fachadas com os seus relevos ingénuos (1).

A origem de tais divisas, como elemento heráldico do braço da cidade, tem sido ponto muito discutido. O mais vetusto documento comprovativo da sua applicação á feitura do escudo municipal, data do meado do século XIV, o que não impede de se dizer que, já muito anteriormente, fosse uma nave o distintivo heráldico da *Olissipo* dos Cesares, ou mesmo da *Alis ubbo* dos Fenicios, como o era, aliás, de muitas das póvoas marítimas do Mediterrâneo e dos mares do norte (2). Dam, antiga cidade marítima ao norueste de Bruges, em plena Flandres, ostentava no seu escudo esse



FIG. 5

(1) De Alcântara a Santos, contam-se nada menos de trinta a duas naus de São Vicente, gravadas e lavradas em pedra ou pintadas em azulejo. Na Boa Vista e em São Paulo, assim como na Ribeira Velha, Alfama e Moiraria, abundam estas insignias.

(2) Estas considerações acham-se exaradas no *Roteiro* que antecede o *Catalogo do Museu de Artilharia*, o qual julgo ter sido elaborado pelo sr. Santos Ferreira, erudito arqueólogo.

NAUS DE SÃO VICENTE

símbolo de navegadores. Na era de 1390 (ano de 1352) o selo pendente de um documento municipal, feito no reinado de D. Afonso IV, ostenta, nas duas faces, representações heráldicas, muito diferentes dessa presuposta insignia.

N'uma vê-se, sob um agrupamento arbitrário de casaria em que avultam as torres da Sé (?), o corpo do martir São Vicente, boiando nas aguas que banham a cidade, tendo perto da cabeça o lendario corvo; n'outra avista-se uma cerimónia litúrgica indeterminada (a sagração de D. Afonso Henriques?) em que figura um bispo oficiando, um rei recebendo das mãos de outra personagem um sceptro colossal, e numerosas personagens, que, de palmas na mão, assistem à cerimónia. Sobre um edículo, em forma de alpendre, colocado atraz do altar do sacrificio, poisam dois corvos. Tal documento, cujo estudo especial se impõe, vem demonstrar, quanto a mim e enquanto não aparecer uma representação náutica anterior, que a interferencia dos corvos, no brazão da cidade, precedeu aquela, a menos que o selo afonsino não

foi mais tar
cionava aos
mas de Por
constituia a
mente como

A re

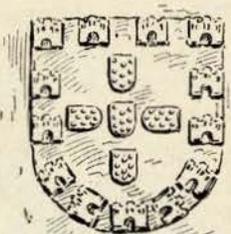


FIG. 7

sua permanencia na Sé, voejando do altar do santo para o ataúde do martir, conforme o referem os cronistas, naquela sua linguagem devota e complicada (1).

O facto de se procurar fixar a origem da lenda dos corvos, em épocas anteriores a

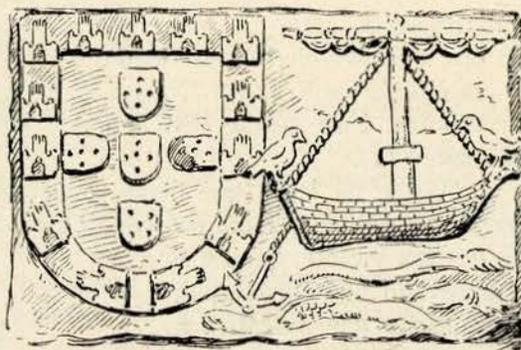


FIG. 6

seja uma extravagancia heráldica de momento, como o de o brazão usado em tempo de D. Manuel. Este, adielementos já conhecidos, os castelos e as quinas das artugal, e a esfera armilar, símbolo do ceu, cuja esperança divisa do monarca venturoso, hoje adoptada impropriamente querendo simbolizar as navegações portuguesas.

presentação dos corvos no selo municipal de 1352, deve procurar atingir, a génese da lenda de São Vicente, no início do martirio, quando o santo, depois de abandonado ás feras e ás aves de rapina, pelo desalumiado Daciano, foi ainda lançado ao mar, onde o corvo de novo o protegeu contra a furia carniceira das outras aves. Na segunda figuração creio entrever uma referencia directa á vinda dos corvos a Lisboa, acompanhando o corpo na sua trasladação, e á

(1) O acompanhamento dos féretros pelas aves é caso menos raro do que á primeira vista pode parecer. O sr. Santos Ferreira cita o caso de uma pomba ter acompanhado o caixão de D. Maria II. De outro exemplo tenho eu noticia. Sobre o féretro do devoto principe D. Teodósio, que foi um novo Galaaç seicentista, poisou tambem uma pomba, acompanhando-o até aos Jerónimos.

NAUS DE SÃO VICENTE

trasladação do corpo do santo, do Promontório Sacro para Lisboa, filia-se na circumstancia de tais aves serem particularmente affectas á religião, remontando á mais alta antiguidade a sua interferencia votiva. Na mitologia germânica, andam associados dois corvos á lenda de Wuotan. Uma dessas aves tem sido igualmente adstrita á vida milagrosa do Patriarca São Bento (1).

Mas se ha lenda que tenha probabilidades de justificação, exactamente porque a sua origem se filia n'um facto possivel, é esta dos corvos, sejam eles de Wuotan, de São Bento ou de São Vicente, dado que comprovado pela introdução, novo termo que autentica a do-se n'um cadáver não mais até das outras aves o despojo

Corveja sobre os livros por metáfora, querendo signi dando incessantemente, jámais *jar*, na acepção de insistir, de definitivamente no nosso vo

Não será isto um argu bilidade da lenda ?

O acompanhamento do cadaver do martir para Lis-

boa, pelos dois corvos protectores ou egoistas da presa, a ter-se realisado, era facto mais do que suficiente, para explicar a sua figuração na insignia cidadã, fosse já ela a nave romana, ou fosse outra qualquer, dispensando-se até de levar em linha de conta, para essa explicação, o turbilhão de lendas religiosas que varriam o Promontório Sacro, a memoria tradicional do santuario fenicio de Melquart ou de Héracles, e as libações rituais dos deuses em derredor das pedras magicas, assim como as aparições de duendes e de génios maritimos que ainda hoje visitam o cabo, na imaginativa dos pescadores algarvios.

Modernamente aventou-se a hipótese de que os corvos, indicados nas naus de São Vicente, outra coisa não eram do que a transformação, por influencia religiosa, de certas máquinas de guerra usadas pelos romanos e conhecidas por essa mesmissima designação. Os corvos guerreiros, conforme se veem nas galés romanas de Dúflío, figuradas em certo combate naval, eram muito semelhantes aos modernos paus de carga, utilizados a bordo dos navios de comércio, especie de *cegonha* dos nossos campos, e cujo fim principal éra, por meio de um peso terminado em bico aguçado, aferrar as galés contrarias, arrombando-lhes o cavername e preparando-as para a abordagem. Na hipótese estabelecida os cristãos teriam feito inconscientemente tal substituição, dando character religioso á simples representação guerreira. Não julgo plausi-

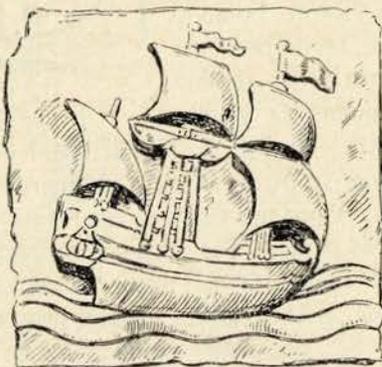


FIG. 8

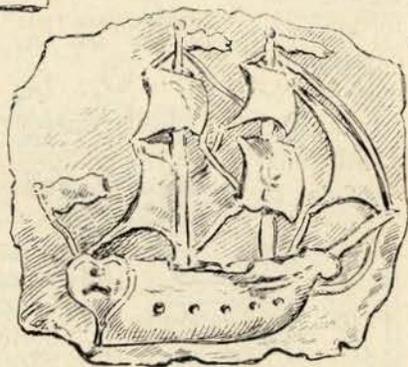


FIG. 9

(1) *Religiões da Lusitania*, pelo Dr. Leite de Vasconcellos, Tomo II, pag. 215.

NAUS DE SÃO VICENTE

vel a hipótese. Acho-a, todavia, interessante e até certo ponto engenhosa. Por isso a menciono.

Disse que datava do século XIV a utilização da nave como insígnia municipal. Comprova este asserto a vetusta escultura que se encontra na bica de Arroios e que aqui vai reproduzida (fig. 6). A par do escudo das armas reais, cuja forma de composição bastaria para lhe fixar a data, tão expressivo é o numero dos castelos e a disposição dos escudetes, na fantasiosa linguagem heráldica, vê-se uma galé ou barca do tipo tradicional, navegando sobre dois monstros marinhos (talvez serpentes do mar) em que o artista parece ter transformado o habitual relevo das ondas, para maior lustre da composição ou com qualquer fim simbólico que me não parece facil interpretar. A' pòpa e á pròa lá estão os corvos, ambos voltados para dentro da embarcação. De um dos seus extremos recurvados pende a ancora, indicada com a mesma estilização de outras representações mais vetustas, e, a meio, ergue-se o único mastro com a vela redonda, carregada na verga, a qual, então, se empregava como simples auxiliar da navegação.

Uma inscripção, desde 1848 colocada sòbre uma porta junta ao chafariz, marca em caracteres góticos, a data precisa da construção e certamente a da feitura do ornamento escultural. Foi na éra de 1398 (ano de 1360) que teve principio a fonte, sendo tesoureiro do concelho Lourenço Afonso Costas e escrivão dele Lourenço Duraens. O mestre pedreiro, naturalmente autor da construção, — chamava-se João Gialdi. A fonte foi, porem, reconstruida, ou feita de novo, em 1624. Nada, pois, da primitiva lá se encontra, a não ser o escudo, a nau e a lápide a que fiz referencia.

Outra escultura, de uma época muito proxima, pois está datada de 1374, encontra-se no muro a que encosta o tanque do chafariz de Andaluz (fig. 7). Lá tem tambem ao lado a inscripção onde se lê a data, gravada em caracteres góticos, e a indicação de que a fonte foi mandada fazer pelo concelho da cidade. Sòbre a pedra lavrada, avulta o escudo característico do tempo de D. Fernando, com treze castelos e dois dos escudetes das quinas com o boleado para dentro. Em cada um destes, veem-se nove besantes. A nave ali representada é do mesmo tipo da anterior, de extremos recurvos, sòbre os quais poizam os dois corvos, ambos de bico para dentro, e com um único mastro de vela carregada na verga. Em vez da ancora, tem colada á amurada uma espadela — o leme dos antigos.

Tanto a galé de Arroios como a de Andaluz, possuem a feição dos navios do século XII, comprovada pela ausencia dos acastelados em baileos, á maneira de palanques, na pòpa e na pròa, como se vê n'um modelo de 1281, reproduzido na *Archeologia Naval* de Jal. Isto prova que os canteiros, como posteriormente sempre sucedeu, iam-se apegando aos modelos antigos, por um espirito de tradição, seguindo apenas de longe os progressos da arte naval. O tipo da galé, tal qual se vê n'estas duas esculturas, remonta á mais alta antiguidade. Eram assim já as galés egipcias do século XIV antes de Cristo, segundo o deduz e documenta Morel Fatio. As embarcações dos baixos relevos assirios, as galéras gregas dos tempos homéricos, as naves romanas do Mediterrâneo, os Drakkar scandinavos do século VII, as barcas dos Vikings dos séculos VIII e IX, e as galeras normandas do século XI, com que Guilherme o Conquistador foi em demanda da Inglaterra, as quais se veem documentadas, precisa e abundantemente, na célebre tapeçaria de Bayeux, pertencem todas ao mesmo tipo. Nestas últimas, de velas decoradas com pinturas heráldicas, nota-se um exuberante simbolismo. Pela maneira como se afeiçoavam as pròas e as pòpas, estilizan-

NAUS DE SÃO VICENTE

do-as em cabeças e rabos de serpes e de dragos, semelhavam as galês como que monstros marinhos, ferozes e aguerridos, sulcando as águas da Mancha. Igual artifício se executava no tempo do domínio romano, nas barcas que cruzavam o Mediterrâneo; porém aquelas, pela nova disposição dos castelos de combate, excediam-nas em pitoresco. Tal inovação acusa já o século XIII. Conservou-se o mesmo único mastro de pano redondo, mas a existência de castelos sobre baileos, marca a transição para a era de duzentos.

Temos em Lisboa, pelo menos, dois exemplares de embarcações, dos fins do século XIII, principios do século XIV; um na Boavista, no predio de azulejos que torneja para a boca oriental da travessa do Sampaio, e outro no cunhal de uma casa que volta da rua da Alfândega para a da Padaria. Não quer isto dizer que as esculturas sejam dessa data. Supponho-as dos principios do século XVI, pois são desse tempo, aproximadamente, as construções do primeiro destes locais.

O selo da cidade de Dam, na Flandres, a que já me referi, figura uma galé do século XIII, moldada na cera veneravel, e essa, apesar de datar do primeiro quartel de tal periodo (1226), ostenta já na pôpa um castelo onde um cavaleiro, de lança em punho, se ergue em atitude guerreira. Este tipo, caracterizado pelos castelos, vai até o século XIV. Das barcas e galês quatrocentistas, não me lembro de ter visto nenhum modelo em Lisboa. Já as embarcações do século XVI se acham, porém, mais comumente representadas. Ha duas, lindissimas, na travessa de São João da Praça; uma delas especialmente tem um interesse capital, porquanto oferece a novidade de apresentar dois beques, do primeiro dos quais avança o gurupés, ornado da cevadeira, tendo, ao mesmo tempo, a particularidade dos papafigos não ligarem ainda, pelos punhos, com as velas inferiores. Este exemplar representa o tipo da nau portuguesa do tempo das conquistas, nau de três mastros, e quatro velas, destinada á navegação dos mares distantes que veio substituir as airoas caravelas dos fins do século XV, e de que se podem ver, tantos e tão lindos exemplares, no *Roteiro e Resenha das Armadas*, no livro de Duarte de Armas, no *Esmeraldo de Situ Orbis*, nas *Lendas da India* de Gaspar Correia, e na edição dos *Lusiadas* do visconde de Juromenha, sem falarmos ainda n'um perfeito modelo que existe na igreja da cidade de Rosckof, na Bretanha, como voto religioso de certos navegadores. Outro bellissimo exemplar alfacinha é a nau que se vê, lavrada em relevo, na bica do Desterro.

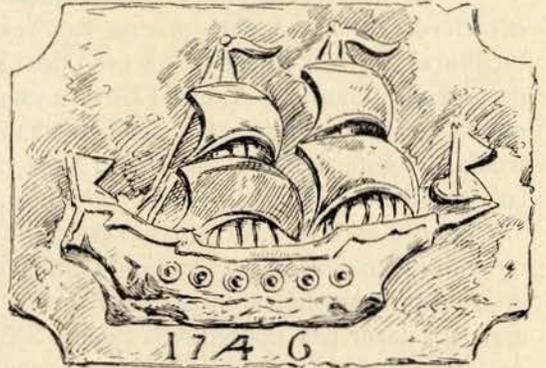


FIG. 10

A que aqui se reproduz, com o numero 11 é igualmente da mesma época. Encontra-se aposta no predio, n.º 184, da rua do Boiformoso. E' muito interessante esta esculturasinha ingénua. Acho adoravel aquela bandeira hirta rematando o mastro da pôpa.

Do século XVI pode ser tambem a nau, a que se refere a figura 3, em que o modesto artista fantasiou à larga, alteando e recurvando a prôa de modo desconforme, indicando de perfil, por simples sulcos, as duas velas do aparelho, e pondo a bandeira voejando a sôpro diferente do que lhe está inflando as velas.

NAUS DE SÃO VICENTE

A organização da carreira da Índia, trouxe consigo a alteração dos tipos das embarcações. Os processos de construção foram-se alterando, conservando-se, porem, o mesmo aparelho com ligeiras modificações, uma das quais foi a fixação dos papafigos, até se chegar às grandes *carracas*, cujas maiores foram as portuguesas. Sempre neste tipo de navio redondo, por constantes e sensíveis alterações, é que se chegou, por fim, às naus opulentas e ornamentais dos principios do século passado.



FIG. 11

Do século de seiscentos ha ainda bastantes modelos das insignias municipais. Acompanham este artigo alguns deles. O que se reproduz, sob numero 8 é uma nau dessa época a que falta o gurupés, como nas galeras turcas de Lepanto; a numero 9 é um brigue do mesmo tempo; a numero 2 representa um galeão do principio de seiscentos, o qual offerece, tambem, a curiosidade da bandeira ser indicada ao contrario do vento; e a numero 1 parece ser uma nave de guerra, divisando-se à prôa a bandeira do gurupés. Ambas estas ultimas estão datadas de 1747, o que mais uma vez prova que os canteiros se cingiam frequentemente a exemplares já executados.

As duas naus do chafariz de El Rei, como a que está, meia delida já, na bica dos Olhos, a São Paulo, são igualmente da mesma época; talvez a primeira um pouco mais antiga.

Do século XVIII, temos os exemplares, cujos desenhos vão aqui insertos, com os numeros 12, 4, 10, 5. O primeiro é uma corveta, caracterizada fortemente pelo casco. A segunda é particularmente interessante. Figura uma alterosa fragata de três gávias, como que navegando em tom de guerra, de bandeiras estilizadas nos topes, e com as velas inferiores caprichosamente carregadas. O terceiro exemplar, datado de 1746, é um brigue, que pode talvez ter sido copiado do natural, e o ultimo é uma corveta semelhantemente datada de 1762, época de que se pode ver um exemplar curioso, em alto relevo, modernamente ali colocado, no óculo de um dos arcos duplos do claustro dos Jerónimos, restauração impropria e mal feita de outro que em tempo ali existira e que era conhecido pelo *navio de Vasco da Gama*.

Tipos de fragatas, do periodo áureo da vela, podemos ainda hoje ver, em alto relevo, no chafariz de São Paulo e no de Entrecampos, apresentando ambas a particularidade da ausencia dos corvos, o que significa que a lenda vai perdendo terreno e esquecendo. Uma das razões que mais tem concorrido para esse esquecimento, em parte talvez intencional, é a falta da uniformidade no brazão da Camara. Efectivamente não ha um tipo definido na representação heráldica do símbolo municipal. Não ha nem nunca houve. O escudo, sobrepuzado da corôa mural, que está no frontão da Camara, contem uma nau do século XVI, com os dois corvos lendarios, mas essa nau não é a mesma do selo semi-official, que se encontrou pendente de um documento de 1612, que esqueceu, ao que parece, de se enviar ao seu destino, embora esta tambem seja da mesma época. Nos selos, carimbos e documentos da Camara, assim como nas esculturas dos predios foreiros, varia igualmente a representação da nave, como variam a posição e o numero dos corvos. A nau da bica dos Olhos tem estes, voltados para fora das embarcações; as das bicas de Arroios e de Andaluz figuram-nos na

NAUS DE SÃO VICENTE

posição contrária. E' uma balburdia já agora irreparavel, mas que felizmente — graças ao Senhor — não tem gravidade de maior. Antes assim (1).

Nalguns predios vê-se tambem, em vez da barca de Ulisses ou da *zabra* de São Vicente, um simples corvo em relevo, acompanhado do letreiro *S. Vicente de Fora*, *S. Vicente*, *S. V.^{te}* ou só das letras *S. V.* O corvo e as letras ou letreiro, neste caso, indicam simplesmente a posse do dominio directo, por parte do antigo mosteiro de S. Vicente, nada tendo com o brazão da cidade nem com as insignias do municipio (2).

Muito havia ainda para *corvejar* sôbre esta matéria, mas fiquemos por aqui. A lenda de São Vicente, os corvos e as naus, dão ensanchas a um largo estudo que um dia se fará. Por agora, basta. Pensemos apenas, como remate a esta instavel edificação de conjecturas, quanto poder é o de uma tradição que, vencendo oitocentos anos de lutas, de conquistas, de desgraças e de civilização, a despeito de tudo, vive ainda naquele amimado *Vicente*, que, ali, no pateo dos Corvos, à Sé, guarda e zela, ferozmente egoista, não já os despojos do martir, patrono de Lisboa, em que um seu antepassado se cevara no Cabo Sacro ou nas matas de Valencia, mas a memoria desses despojos, dispersos, pelos séculos, na poeira impalpavel das lendas religiosas (3).

MATOS SEQUEIRA.

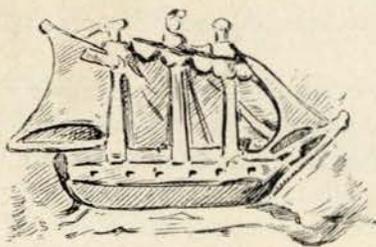


FIG. 12

(1) Cumpre-me aqui tambem citar o facto das naus e galés dos nossos navegadores terem sido, nos seculos passados, utilizadas para ornamentar os chavões para bolos. O falecido arqueólogo Gabriel Pereira, escreveu, na *Arte Portuguesa*, um artigo sôbre dois chavões desse género que tinham pertencido ao convento das religiosas do Salvador, em Braga.

(2) O brazão da Inquisição de Lisboa ostentava, igualmente, uma nau. Era partido; no primeiro os emblemas inquisitoriais: a esfera, a cruz e o gládio; no segundo, cortado em faixa, a esfera armilar e a nau de São Vicente. Como se vê, os jesuitas limitaram-se a substituir, na insignia cidadã do século XVI, o escudo das quinças, pelos emblemas da Companhia.

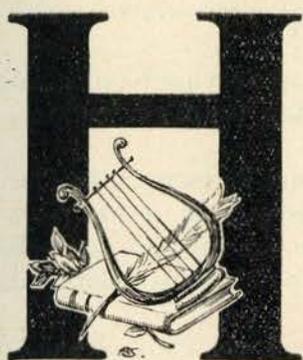
(3) As lápides reproduzidas, nas figuras 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 11 e 12, acham-se apostas, respectivamente, nos prédios n.º 25 da rua do Conselheiro Arantes Pedroso, n.ºs 45 a 47 da mesma rua, n.º 13 do largo do Mastro, n.º 21 da rua da Costa, n.º 52 da mesma rua, n.º 10 a 12 da rua de Santa Bárbara, n.º 89 da rua da Costa, n.º 15 da rua Conselheiro Arantes Pedroso, n.º 184 da rua do Boiformoso, e n.º 63 a 65 da rua da Costa.

Outras esculturas congêneres serão, a pouco e pouco, reproduzidas nas paginas da *Terra Portuguesa*. A direcção desta revista, pensa, assim, em ir arquivando esses curiosos trabalhos dos canteiros lisboetas.



MANUEL MARIA BARBOSA DU BOCAGE (?)
(Miniatura pertencente ao Ex.^{mo} Sr. Conde do Almarjão)

UM RETRATO DE BOCAGE?



ONRA-SE hoje a *Terra Portuguesa* dando à estampa um retrato inedito do «mais inspirado e desditoso poeta que viram portugueses», — na phrase consagrada de Camillo Castello Branco, outro *inspirado e desditoso*, à competencia de desgraça com elle.

Devido à amabilidade do Sr. Conde do Almarjão, podemos dar hoje a reproducção de uma interessante e mimosa miniatura que, segundo tradição conservada, atravez de tres gerações, na familia do illustre titular, representa o «Almeno» dos tempos do Oriente, o «Elmano Sadino» da Arcadia, o Manoel Maria da intimidade e, por ultimo, o *fertil e divino* poeta Bocage.

A tradição: Bocage foi contemporaneo e amigo do bisavô d'aquelle titular, Antonio Theodorico da Costa e Silva, poeta dos fins do seculo XVIII e principios do seculo XIX, do qual, infelizmente, se não conhecem as produções poeticas, não obstante Innocencio afirmar ter visto, em 1829, um volume, do qual destacou algumas peças que julgou melhores e conservou na sua collecção de ineditos, as quaes não consta tivessem sido dadas à publicidade.

Em 1792, Costa e Silva, que então vivia na Louzã, contrahiu matrimonio com D. Ignacia da Conceição Arnau da Cunha Botado da Serra e veiu residir para Lisboa.

Foi depois d'esta data que tomou conhecimento com Bocage, e que este frequentou a sua casa, na rua de S. Francisco de Paula, á Pampulha, onde era recebido e muito apreciado, não só pelo poeta Costa e Silva, como por sua esposa e mais pessoas da familia, em cuja posse se conservou sempre a miniatura, ora reproduzida.

Esta encontra-se emoldurada num medalhão de forma elliptica. No anverso, protegida por uma chapa de cristal, a miniatura; no reverso, e nas mesmas condições, a toda a largura e comprimento, uma leve camada de cabello castanho claro, encanastrado, sobrepujada pelas iniciaes, a ouro, *I. L.*

É evidente que esta preciosa joia iconographica — assim lhe podemos chamar, attento o seu valor artistico, historico e estimativo — representando a consagração de um affecto intimo, pertenceu a uma das deidades incensadas por «Elmano», quer por offerta sua, quer por encomenda directa da sua gentil possuidora.

A miniatura recommenda-se pela sua execução delicada e perfeita. Tem bastante vigor de colorido e o seu auctor foi prodigo, talvez em excesso, nos detalhes, prejudicando um tanto o conjuncto. Tem attenuantes esta circumstancia, não só na preocupação dominante nos miniaturistas de alindarem os seus trabalhos, como na imposição devida umas vezes á immodestia dos retratados e outras á lisonja de quem ordenava o trabalho. D'esta dupla e tacita cumplicidade resultava ir o trabalho muitas vezes alem da realidade, mas sempre a contento de todos e com manifesto proveito do artista.

UM RETRATO DE BOCAGE?

Conjugando a tradição, pelo confronto, com os varios retratos authenticos de Bocage, é admissivel a conclusão de que nos encontramos na presença do sr. Manoel Maria, «o moço pallido, franzino e de aspecto singular, o mais extraordinario e talvez o mais original dos poetas, que Deus tem creado», como dizia, em 1787, William Beckford, o celebrado auctor do *Vatheck*; do «chuchado moço» que, em 1794, passeava, nas ruas de Santarem, o seu ceruleo gabão, como o proprio retratado diz; e, finalmente, do grande, incomprehendido e enigmatico poeta Bocage.

O «numeroso Elmano», como lhe chamou Filinto, «o gran cantor», foi retratado, em vida, por tres pintores, todos seus contemporaneos.

O primeiro d'elles foi Maximo Paulino dos Reys, em 1797, anno em que foi conhecida a celebre «Pavorosa» que lhe abriu, á ordem do intendente Pina Manique, as portas do «funesto» Limoeiro.

O segundo foi Domingos José da Silva, em 1801, anno em que foi escripta, no *Botequim das Parras*, a celebre satyra «Pena de Talião». Foi o proprio artista, pintor, miniaturista e gravador, que passou a sua téla á gravura. Comquanto o seu trabalho não tenha o valor do do seu insigne mestre, Bartolozzi, impõe-se, em todo o caso, pela fidelidade da interpretação.

O terceiro foi «o pintor de profissão» Henrique José da Silva, em 1804, quando o «tumido aneurisma» minava já o debilitado e gasto organismo do poeta.

Essa téla, que foi passada á gravura por Bartolozzi, em 1806, um anno depois da morte de Bocage, constitue mais um titulo de gloria para o illustre artista italiano.

Sómente ao trabalho do ultimo dos tres pintores, «o Plectro Henrino», se referem, nos termos mais lisongeiros, o proprio Bocage, no soneto «em agradecimento ao primoroso desempenho com que me retratou», e alguns elmanistas, seus contemporaneos.

D'estes, destacarei o poeta Bingre, «Francelio Vouguense», que á téla se refere nos seguintes termos:

De Bocage immortal, meu socio amado,
Eis a copia fiel, que deu á gloria
Henrique, o Zeuxis luso decantado.

Bem vivo o tenho impresso na memoria,
Neste painel o vejo retratado...
Eterno assim será na lusa historia!

Como se vê, Bocage foi retratado em epocas differentes, bem definidas e essencialmente caracterisadas.

A uniformidade de pareceres quanto ao painel de «Henrino» faz crer que o pintor satisfez e que o seu trabalho é o que mais fielmente reproduz a imagem de «Elmano», o «Sultão do Parnaso».

Os dois ultimos retratos foram feitos, respectivamente, aos 36 e 39 annos, «já na declinação dos annos bellos» e «quando já lhe alvejavam não raros os Desenganos»; e o de Maximo, aos 32 annos, no periodo agudo da dissidencia da Nova Arcadia, quando «tinha n'alma o terror» e «o fogo innato, que amedrontava ao vel-o».

E' minha convicção que o trabalho de Domingos da Silva é o que mais se coaduna

UM RETRATO DE BOCAGE?

com a interpretação dos varios textos, informações de contemporaneos e retratos em verso, feitos pelo proprio poeta e por Thomaz Antonio dos Santos e Silva, «Thomino Sadino», os quaes reproduzimos, para mais facil interpretação e para completar, pela palavra escripta, o precioso documento iconographico:

(De Bocage)

Magro, de olhos azues, carão moreno,
Bem servido de pés, meão na altura,
Triste de facha, o mesmo de figura,
Nariz alto no meio, e não pequeno.

Incapaz de assistir num só terreno,
Mais propenso ao furor do que á ternura;
Bebendo em niveas mãos por taça escura
De zelos infernaes lethal veneno:

Devoto incensador de mil deidades
(Digo, de moças mil) num só momento,
E sómente no altar amando os frades:

Eis Bocage, em quem luz algum talento;
Sairam d'elle mesmo estas verdades
Num dia em que se achou mais pachorrento.

(De «Thomino Sadino»)

Louro um tanto, e escasso no cabello,
Testa ampla, igual aos dons que recolhia;
Estreitos olhos garços, em que ardia
Um fogo innato, que amedronta ao vel-o;

Modico o labio, e a barba, ou carne ou pello,
De Ovidio o naso, que no meio erguia,
Baça a tez, onde leve malha havia;
Bexiga rara; não enorme ou bello;

Magro e debil, mas valido em language,
Curvado um pouco, medio em estatura,
Genio instavel, sem pouso, nem parage;

Muito abstracto, faceta a phrase pura:
Eis o fiel retrato de Bocage,
Muito maior em peso que figura.

Na téla de Domingos da Silva, vemos representado, com flagrante meticulosidade, o poeta «magro e feio», de José Agostinho, «Elmiro Tagideo»; o «cara de fome. . . de olhos espantadiços», do soneto anonymo; o de «mesta palidez, olhar sombrio, rosto descarnado e macilento», do proprio «Elmano».

UM RETRATO DE BOCAGE?

N'este retrato, que se identiñca com o desenho feito em 1865 pelo pintor Maximo, vemos reproduzido o instantaneo feito por aquelle que «nas trevas» reluzia para Bocage: «Thomino Sadino», outro *inspirado e desditoso*, á competencia de desgraça com elle!

Envolvida n'um denso veu de mysterio, a vida de Bocage torna-se incomprehendida, não só dos varios escriptores que d'elle se teem occupado, como até dos proprios contemporaneos.

Assim, Innocencio, baseado no testemunho de D. Gastão da Camara, «Amphriso», e do Morgado de Assentís, «Olivio», amigos intimos de Bocage, informa que, «se os seus dias não fossem tão temporamente cortados, elle viria a unir-se, pelos laços de casamento», com uma filha do seu antigo e familiar amigo Antonio Bersane Leite, «Tionio». . . e, comtudo, a pretensa noiva desde fins de 1793 que se achava ligada, pelo matrimonio, ao escrivão do crime Joaquim Manoel de Moura Leitão, amigo de Bocage!

Assim, varios auctores dão «Almeno» em Goa, em 1787, como correndo o perigo de ser chacinado, com os restantes portuguezes ali residentes, por occasião da conspiração dos Pintos, e elle mesmo, embora por uma excessiva liberdade poetica, o dá a entender na sua epistola a «Josino». . . e, comtudo, vamos encontral-o a jantar, a 8 de novembro, em casa de Beckford, ao Campo das Mouras (hoje propriedade do sr. José Sasseti), em companhia de D. Federico Guilherme de Sousa, ex-governador e capitão general do Estado da India, e do Conde de Locateli, subdito do rei da Sardenha, mas ao serviço de Portugal, — como elle recémchegados da India, — do Marquez de Marialva, D. Diogo, de seu filho, o «menino D. Pedro», do tio d'estes, o Grão-Prior, etc.!

Assim, attribue-se-lhe uma visita, em 1790, á casa paterna, pouco depois do seu regresso á patria e em seguida á morte de seu pae, o afamado advogado setubalense, dr. José Luiz Soares Barbosa. . . e, comtudo, Bocage sobrevive apenas tres annos ao «sábio pae».

Assim, Ferraz de Campos, «Alcino», Pato Moniz, «Oleno», Sebastião Xavier Botelho, «Salicio», Antonio Bersane Leite, «Tionio», e mais alguns, ainda que poucos, dos seus mais intimos e familiares amigos, não obstante conhecerem «a origem dos seus delirios», envolvem em impenetravel mysterio os seus ultimos amores, a sua unica e verdadeira paixão.

A incerteza e a duvida, originadas em imposição de Bocage, ou em discreta conveniencia social, reflectem-se em varios auctores: Innocencio refere-se á «filha de um amigo intimo»; Rebello da Silva á «irmã de um amigo intimo» e José Feliciano de Castilho a uma «dama que julgamos ter conhecido». . . e, comtudo, graças á sentidissima elegia de Pedro José Constancio, «Pierrio», ás entrelinhas do texto bocageano e ao

Amigo desleal, que me arrancaste
Do terno coração segredos ternos,
Segredos que nas trevas do sepulcro
Iriam, com meus dias, abysmar-se

conhece-se hoje o nome d'aquella em cuja bocca o poeta poz os lancinantes versos:

..... Amei-te,
Amaste-me, infeliz: Matou-te amar-me.

UM RETRATO DE BOCAGE?

É D. Maria Margarida Rita Constancio, filha do celebre anatomico portuguez Manoel Constancio, o Pareo Portuguez, como lhe chamou Balbi, o Wisseman Portuguez, como o appellidou o seu discipulo, o grande cirurgião Antonio de Almeida.

É a «Lilia» por quem se «atropelavão de amor os olhos» de «Elmano»; é aquella que lhe inspirou o maior poema de amor, escripto em lingua portugueza: «Marilia».

O apparecimento da presente miniatura, bem como o de uma outra, actualmente guardada no Museu Nacional de Arte Antiga, e que ainda não consegui examinar, não obstante as sete tentativas já feitas, vem avolumar a iconographia bocageana e confirmar a previsão de «Elmano»:

Não temas de que os seculos me ultragem
Lá (mercê do Pincel, mercê do Canto)
Meu nome viverá e a minha imagem.

Setembro 1916.

AUGUSTO DE CASTRO.



ANTONIO RAMALHO

No dia 30 d'este mês, morreu subitamente, na Figueira da Foz, onde estava trabalhando na decoração do palacete do sr. Joaquim Sottomayor, o pintor Antonio Ramalho.

Os seus primeiros passos na vida foram reveladores de uma decisão e de uma energia que o futuro não confirmou. De facto, para transpôr a distancia que separava o balcão de uma casa commercial, no Porto, dos estiradores e cavalletes da Escola de Bellas-Artes de Lisboa, Ramalho levou corajosamente a cabo uma verdadeira odyssea.

Artista, deixou-se dominar pelo seu fundo inalteravelmente romantico. Se porventura a sua obra, que, sem duvida, a Sociedade Nacional de Bellas-Artes, ou os seus amigos, nos permitirão em breve apreciar, constitue o mais formal desmentido á lenda de irreductivel indolencia que em tórno d'elle se formou, é certo que Antonio Ramalho nunca possuiu o espirito de iniciativa, a perseverança, a tenacidade, o senso pratico e — digamos tudo — a malleabilidade e a transigencia, que, hoje, mais, talvez, do que nunca, são indispensaveis para triumphar na vida.

Não conseguiu ser pensionista do Estado, não conseguiu ser professor da Escola de Bellas-Artes, ou das escolas industriaes, — elle, que era um decorador de excepçoes dotado, — não conseguiu formar peculio, vendendo nas exposições e leccionando. Nunca se adaptou á vida pratica: foi sempre, incorrigivelmente, um romantico. A sua individualidade realizava o typo do artista de ha seis ou sete decadas.

Afinal, esse pintor illustre, que possuia, como raros, a technica difficil e complexa da sua arte e que todos os ramos cultivou com brilho, era, acima de tudo, um portuguez. Por isso a *Terra Portuguesa* regista, de um modo particularmente commovido e saudoso, o passamento do grande e delicado artista que foi Antonio Ramalho.

A INDUSTRIA POPULAR DE MONDIM «DAS MEIAS»



estrada que, de Lamego, a vetusta, segue para Moimenta da Beira, em coleante e acidentado percurso, depois de passar Bri-tiande, antiga vila destroçada, em que ficaram alpendradas e bra-zões do seculo de seiscentos, e de deixar, uma legua mais longe, a via municipal que, para a esquerda, leva á Ucanha — a da ponte maravilhosa, mandada construir pelo dom abade Fernão — e a Salzedas — a do convento monumental, nunca acabado — desfi-bra-se num outro, largo, ramal, que, para a direita, poucos centos de metros andados, vae atravessar Mondim, dirigindo-se, vale fôra, para S. João de Tarouca e para os quadros quinhentistas do seu mosteiro.

Esta terra de Mondim, méta actual da nossa excursão etnografica, foi outróra cabeça de um concelho, ha muito extinto, e divide-se em dois povoados: Mondim de Cima, alçado em encosta, numa moldura adoravel de castanheiros, e Mondim de Baixo, quasi ao rez da ribeira e dos milhos verdes. Povo antigo, o renome de que gosa em toda a Beira-Alta veiu-lhe, não só da sua ancianidade, mas, principalmente, da industria a que se dedicam os seus habitantes: o fabrico manual das meias de lã. Esse fabrico valeu-lhe o qualificativo de «das meias», com que ainda hoje se ufana a pitoresca aldeola.

Mas, Mondim das Meias podê talvez orgulhar-se de uma mais alta antiguidade do que a que lhe confere o seu titulo medieval de concelho. Recentemente, o conhecido poligrafo sr. Leite de Vasconcelos, que é natural de lá, encomendou no *Castro* de Sanfins, creio que já em terrenos da freguezia de Paçô, concelho de Moimenta, uma exploração archeologica tendente a procurar á sua terra um fundo genealogico, preistórico. Ora essa exploração (1) desenterrou objetos romanos e pre-romanos.

E' muito possivel, pois, que, provada a antiguidade da terra, se demonstre tambem a vetustez da industria. Que interessante seria comprovar, pelo encontro de agulhas de bronze, a existencia da mesma arte da meia nos tempos protoistóricos, e estabelecer em bases in-destrutíveis a certeza da difusão do quente *meiôte* de tipo mondinense entre os serranos contemporaneos de Viriato! Estamos, infelizmente, tão pouco adeantados em assuntos de indumentaria castreja, que todas as informações que advierem serão bem recebidas. . .

Seja como fôr, o que merece desde já noticia especializada é a sua industria actual do fabrico de meias, que a criação de uma fabrica de tecidos, perto, por exemplo, em Lamego, faria desaparecer rapidamente.

As mulheres de toda esta região meio serrana ocupam-se, no tempo que lhe deixam livre as ocupações domesticas, em fazer meia. *Fazem na meia* em casa, na rua, quando vão

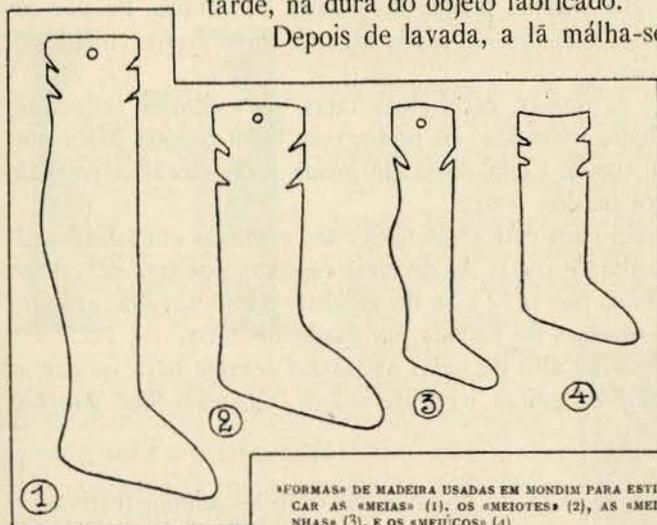
(1) Dirigiu essa exploração, paga pelo Museu Etnologico, o reverendo abade de S. João de Tarouca.

A INDUSTRIA POPULAR DE MONDIM «DAS MEIAS»

para a fonte ou de um povo para outro, em mandados, sem perder um só momento, pois aqui não se trata do simples fabrico de um agasalho indispensavel, mas do exercicio de uma industria que faz viver. E essa modesta industria popular é tanto mais digna de nota etnografica, quanto a materia prima é toda preparada em casa.

Comprada a lã, branca ou parda, tal como sae da tosquia, é convenientemente lavada, em agua quente e fria, e limpa de impurezas.

Quanto mais compridos forem os fios do pêlo, mais duração terá a meia, depois. A melhor lã seria a de um ano; essa, porém, é cara e as fiadeiras preferem adquirir a curta, que lhes fica mais em conta, embora os compradores se resintam, mais tarde, na dura do objeto fabricado.



«FORMAS» DE MADEIRA USADAS EM MONDIM PARA ESTICAR AS «MEIAS» (1), OS «MEIOTES» (2), AS «MEI-NHAS» (3), E OS «MEIUCOS» (4)

Depois de lavada, a lã málha-se, *escarpeia-se* (desenriça-se) á mão, e carda-se em *cardas* manuaes, pequenas, donde sae ás *pastas* (*caminhas*, para o Marão).

Começa então novo trabalho: o da *fiação*. Tomando na mão esquerda a *pasta*, a operadora puxa dela um fio irregular, que prende na *beíça*, entalhe na extremidade mais fina do fuso. Aos poucos, fazendo girar este, vae estendendo e torcendo o fio, até que ele alcance uns 0,6 de comprimento. Nesta altura, desprende-o da *beíça*, enrola-o no corpo do fuso e principia a formar-se a *maçaroca*, que, lenta-

mente, se avoluma por sucessivas operações do mesmo estilo.

Terminada uma *maçaroca*, fiam-se outras, *dobando-se* depois, sobre a mão esquerda, os fios de cada duas, deixando cada par formado um só novelo. Como se vê, nada mais simples; nem roca para fiar — essa é reservada para o linho ou para a lã dos bureis — nem dobadoira.

Torce-se em seguida o fio das *maçarocas* dobradas com um fuso vulgar, a que se adaptou, na base, um ganchinho de metal, e essa nova operação, indispensavel para engrossar e fortalecer o fiado, executa-se, prendendo os dois fios no gancho do *parafuso* e fazendo girar este, suspenso, com a parte mais fina virada para baixo.

Torcido e enovelado definitivamente o fio, faz-se a meia, com cinco agulhas, como em qualquer outra parte. Na factura, porém, seguem-se dois sistemas: um, antigo, usado só pelas mulheres de idade, chamado *de chuço*, que consiste em trabalhar com a meia que se vae fazendo virada para fóra, outro, moderno, denominado *de gancho* — trabalho por dentro — em que se opera com a meia voltada para o corpo.

As mulheres da região, acostumadas desde muito novas a fazer meia, trabalham com grande rapidez, podendo normalmente, segundo me informaram, acabar um *meiote* ao serão, e dois pares deles, num dia e numa noite.

A INDUSTRIA POPULAR DE MONDIM «DAS MEIAS»

Deve dizer-se agora que o trabalho não é uniforme, variando conforme o destino do objeto fabricado. Ha, para mulher, a *meia*, — de dois palmos de perna e quasi um, de pé — e a *meinha*, para menina, proporcionalmente mais pequena; para homem, o *meiote* — de pé e perna de palmo — e o *meiúco*, para creança.

O *meiote* recebe tambem, aqui e um pouco por toda a alta Beira-Alta, o nome de *caturno*, *coturno* e *carpim*; e o *meiúco*, o de *coturninho*.

Acabadas as meias, que, diga-se de passagem, quando não são de encomenda ficam umas *rendilheiras largas*, de malha pouco unida, têm de ser lavadas, operação que exige serios cuidados para se conseguir tirar-lhes o azeite com que a lâ foi, anteriormente, besuntada. Deitam-se, para isso, em agua morna, progressivamente aquecida. Passam-se, depois, por agua a ferver, enxugam-se, e metem-se, ainda alguma cousa *lentas* (humidas), nas *fôrmas*, onde se conservam um dia.

Tiradas das *fôrmas*, acamam-se ás duzias, entre duas talas, para ficarem *testuchas*, cosem-se os pares, os brancos com linha vermelha, os pretos com linha branca, *para alegrar*, e fazem-se os massos para a venda. Cada duzia de *meias* pôde custar á roda de 2 r 50; de *meiotes* brancos, 1 r 50; dos pardos, 1 r 40.

As *fôrmas* de madeira que servem para esticar as meias são cortadas em taboas vulgares de pinho, com a espessura media de 0,01. As de *meia* regulam por 0,6 de comp; as de *meiote* por 0,37; as de *meinha*, por 0,34; as de *meiúco*, por 0,22. Na gravura junta vão representadas estas quatro especies de *fôrmas*, na escala de 1.10.

Os entalhes lateraes que se vêem no alto de todas as taboas servem para esticar as meias, que, na feitura, apresentam sempre ligeiras irregularidades. Chamam-lhes *ganchas* ou *canitos*.

Se, dada a febre que atualmente se nota de crear novas divisões administrativas, o extinto concelho de Mondim poder vir a ser reposto no seu antigo estado, era da mais elementar justiça, digo-o sem sombra de ironia, que, em homenagem a esta tão modesta, quanto simpatica arte da agulha, lhe fosse concedido usar no seu escudo de armas, um *meiote* rompente entre dois fusos cheios, um de prata, outro de *sable*.

VERGILIO CORREIA.



MARCAÇÕES PRIMITIVAS

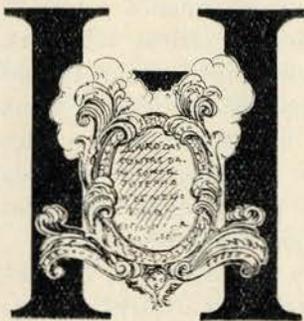
Ampliando a pequenina noticia dada a pags. 58 do 1.^o vol., tenho agora a informar de mais uma manifestação primitiva do modo de marcar contas, no Douro.

Como geralmente se sabe, a região ribeirinha que vae da Rêde até pouco acima da Regoa exporta para os mercados do Porto, no cêdo, consideraveis quantidades de frutas, em especial uvas e figos. Ora os cestos de figos costumam levar, atado sobre a *cosedura* (serapilheira com que se cobrem), ao lado do rotulo da direção, um *chamiço* de pinho, comprido entre 0,10 e 0,12, cheio de entalhes. Tantos entalhes, quantos centos de figos vão no cesto. Ao centro, um côrte mais largo é destinado a prender, com um *nagálho*, o páu á *cosedura*.

V. C.

PORTADAS DE LIVROS DA RECEITA E DESPESA DAS FREIRAS DE BEJA

CONVENTO DE SANTA CLARA



OUVE na cidade de Beja tres conventos de freiras, que foram com certeza tres grandes novellas de sacrificio, de religião, de de desventura e de amor.

Cada freira era um poema, talvez dramatico, cheio de comocão; talvez bucolico, repleto duma graça pura, singela; talvez lyrico, com arrebatamentos de entusiasmo e de paixão; talvez, emfim, religioso, cheio de crenças, de devoção, sagrado, divino.

O rumor, que chega até nós, dèsses recolhimentos de vidas que tinham desaparecido da vida é cheio do mais variado relevo religioso e romantico, que

tem dado assumpto, e dará indefinidamente, para a historia, para a poesia, para o romance, para o drama, para tudo.

Quando se entra num dèsses mosteiros, pesados, tristes, cheios de frio — que de recordações se adivinham, que saudades se tem duma epoca em que se não viveu, e como nos sentimos opprimidos por nos lembrarmos de quantos corações cheios de calor e de entusiasmo alli se desfizeram, se esphacelaram, e de quantos outros alli encontraram a verdadeira felicidade, o sossêgo, o descanso profundo!

E' terrivel e é bello!

Quantas lagrimas foram calcadas naquellas lages, quantos suspiros se esmagaram de encontro áquellas abobadas e quanta alegria, tambem, existiu por esses conventos. . .

Emfim, o que lá vae, lá vae, e, hoje, saboreemos os doces que ellas inventaram e que através dos seculos serão apreciados.

Já tive occasião de dizer, quando realizei identico estudo sobre o convento da Esperança, como me vieram parar ás mãos



PORTADA N.º 1

PORTADAS DE LIVROS DA RECEITA E DESPESA DAS FREIRAS DE BEJA



PORTADA N.º 2

dessa e da escrivã e a data em que foram eleitas.

A ordem franciscana, a que pertencia este convento, teve a sua regra aprovada em 1215, pelo papa Inocencio III, e approvação solemne em 1223, pelo papa Honorio III.

Em Portugal, teve esta ordem 29 conventos de frades e 28 de freiras, sendo os dois primeiros conventos fundados, em Alemquer e Guimarães, por Fr. Zacharias e Fr. Gualter, mandados cá em 1217 por S. Francisco de Assis.

Até 1378, estavam os conventos portugueses desta ordem sujeitos à séde da Provincia, em Sant'Iago de Espanha, separando-se neste anno e ficando independente, em face da guerra entre Portugal e Castella.

Vejamos as quatro portadas, que possuo, dos livros de contas do convento de Santa Clara.

Portada n.º 1 — Dum colorido vivissimo, é duma correcção de desenho extraordinaria.

Ao centro, tem o seguinte lettreiro, que passo a transcrever, sem abreviaturas e em orthographia corrente:

«Livro das contas da-Muito Reverenda Madre Senhora Catharina Micha-ela do Sacramento Abbadessa a-qual foi eleita a 8 de-dezembro de 1735, neste Real Con-vento de Santa

as mais lindas recordações que eu poderia apreciar e que tenho a felicidade de possuir: — as portadas de alguns dos livros de contas dos conventos de Beja.

Trata-se do convento de Santa Clara.

Era da ordem de S. Francisco. A sua fundação data de 1340, tendo sido construido á custa de devotos, entre os quaes se contou o proprio, rei D. Affonso IV.

Tinha este convento muitos fôros; e, quando da extincção das ordens religiosas, em 1834, tinha muitos rendimentos em dinheiro e trezentos moios de trigo por anno.

E' dos livros onde se assentaram estes rendimentos todos e as despesas com a vida do convento que eu possuo quatro portadas interessantissimas, que vou apresentar.

Cada uma das tres collecções de portadas que possuo, relativas aos tres conventos de freiras de Beja, têm os seus caracteristicos especiaes.

Assim, as portadas dos livros do convento da Esperança têm o nome da priorosa, o nome do padre que a elegeu, o nome da escrivã e a data em que foram eleitas.

As portadas dos livros do convento de Santa Clara têm os nomes da abba-

PORTADAS DE LIVROS DA RECEITA E DESPESA DAS FREIRAS DE BEJA

Clara de Beja. Man-dou fazer este livro-a Madre D. Francisca Margarida-Pereira de Lacerda-sendo Escrivã-deste Convento-Real.»

Durante muito tempo me deram que pensar as figuras que entram na composição desta portada, não atinando com a razão por que, sendo dum livro do convento de Santa Clara, tem as figuras de Santa Catharina e S. Miguel.

Teimando na decifração do problema, apurei a razão da existencia dessas figuras, assim como da representação duma custódia com o Santissimo Sacramento.

A abbadessa, como consta do lettreiro, chamava-se Catharina Michaela do Sacramento; portanto, o enigma é facilmente decifrável.

É uma adivinhação: — a representação de Santa Catharina, de S. Miguel e do Sacramento significa o nome da abbadessa.

Esta portada, sobre papel forte, mede, na parte desenhada, $0,^m193 \times 0,^m290$.

Portada n.º 2 — De desenho menos cuidado que a portada n.º 1, vê-se que foi nella inspirada, aproveitando-lhe a linha geral e alguns elementos.

Constituia esta portada a primeira pagina do livro, como se depreende da numeração, que era rubricada por uma freira de nome Consolação.

O lettreiro é nos seguintes termos, sem abreviaturas e em orthographia vulgar:

«Livro das co-ntas da Muita Reverenda Senhora Madre-Soror Dona Josepha Maria de Mello Freire Abbadessa a qual foi-eleita aos 8 dias do m-ês de dezembro da era-de 1739 neste Real Co-nvento de Santa Cla-rra de Beja. Mandou fa-zer este livro a Madre-Soror Francisca Ignacia Xavier sen-do Escrivã do Convento.»

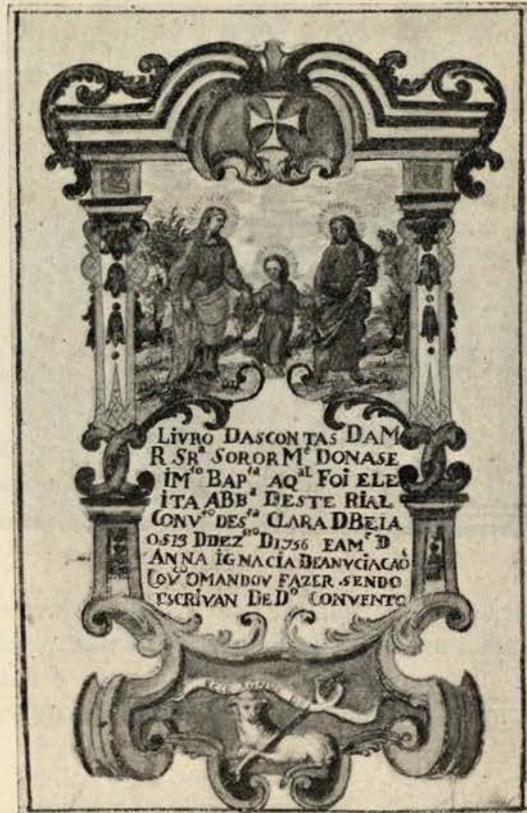
Esta portada, sobre papel almaço, mede, na parte desenhada, $0,^m196 \times 0,^m322$.

Portada n.º 3 — Em papel almaço, colado em pergaminho, mede esta portada, na parte desenhada, $0,^m170 \times 0,^m263$.

Duma composição interessante, tem o colorido menos vivo do que as anteriores.

O lettreiro, transportado a orthographia vulgar e sem abreviaturas, diz:

«Livro das contas da Muito-Reverenda Senhora Soror Madre do Nasci-mento Baptista a qual foi ele-ita Abbadessa deste Real-Con-



PORTADA N.º 3

PORTADAS DE LIVROS DA RECEITA E DESPESA DAS FREIRAS DE BEJA

vento de Santa Clara de Beja-aos 13 de dezembro de 1756 e a Madre Dona-Anna Ignacia da Anunciação-o mandou fazer sendo-Escrivã do dito Convento.»

Este lettreiro não está tão claro, que dê uma decifração que satisfaça, não só no nome da abbadessa, como num pequeno grupo de letras a seguir ao nome da escritã.

Portada n.º 4 — É a unica, de toda a collecção de portadas que possuo, que é assignada. No canto esquerdo, em baixo, tem *Carvalhal*.



PORTADA N.º 4

Beja, porque tambem não sei se, nos outros conventos das outras terras, igualmente pintavam ou desenhavam, ou mandavam pintar ou desenharem, as portadas dos livros de contas.

Nos conventos de frades, é que é naturalissimo que estas illuminuras não apparecessem, — pelo menos em livros desta natureza.

Sobre papel de typo almaço, mede esta portada, na parte desenhada,

o,^m220 × o,^m325

Destas quatro portadas, só esta é desenhada à penna, predominando o encarnado.

O lettreiro, em orthographia vulgar e sem abreviaturas, diz:

«Livro das contas do Real Convento de-Santa Clara de Beja sendo Abbadessa-a Muito Reverenda Senhora Dona Maria Violante da Cunha Pe-reira de Lacerda e Escrivã a Madre Joaquina-Rosa do Amor Divino, que este mandou fazer á-sua custa, e foram eleitas a 9 de dezembro-de 1762.»

Depreende-se dos lettreiros das portadas que as eleições, neste convento, eram em dezembro.

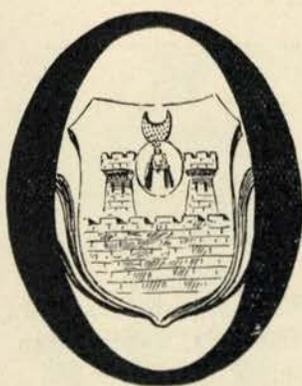
Nunca vi qualquer livro de contas dos conventos; mas palpita-me que sejam duma vulgaridade extrema, de papel almaço e sem graça de especie alguma, sendo para apreciar o luxo que as freiras gostavam de pôr na portada d'esses livros, pelo menos as freiras dos conventos de

AFFONSO DE DORNELLAS.

A FIAÇÃO E A TECELAGEM MANUAES EM PORTUGAL

I

OS TECELÕES-PARAMENTEIROS DE BRAGA



velho burgo, capital do Minho é, ainda hoje, um centro importante de Arte sacra applicada.

Os trabalhos dos seus imaginarios e dos seus lavrantes de prata e de oiro, os orgãos de Joaquim Claro, os paramentos á venda nas lojas da rua do Souto e os tecidos de seda, para usos religiosos, das suas fabricas manuaes permitem-nos visionar o que foi, decerto, essa Arte, em epochas em que a magnificencia do culto tanto a impulsionava.

Ha dois seculos, para não fallar de tempos mais remotos, Braga celebrisava-se em todos os ramos da Arte religiosa: nas suas officinas modelavam-se imagens e presepios de figurinhas minusculas; pintavam-se retabulos e paineis; esculpia-se e doirava-se talha para ornar altares; teciam-se pesados velludos e sedas de toda a sorte; cinzelavam-se custodias, calices, cruces, bacias e gomis de prata, que só serviam nas grandes solemnidades; bordavam-se alfaias ricas, recamadas de oiro; fabricavam-se cravos e clavicordios, para tocarem nas devoções dos mosteiros e das casas nobres.

Depois de Coimbra, onde o espirito cultissimo do grande mestre Antonio Augusto Gonçalves e uma das primeiras escolas profissionaes do paiz ha muito guiam os passos do artefice, nenhuma outra terra conheço, em Portugal, com tantas condições para reconquistar as suas tradições artisticas.

Hoje mesmo, poucos annos decorridos sobre acontecimentos politicos que muito os affectaram, os artistas bracarenses, entregues a si proprios e sem nada deverem aos poderes publicos (1), mantêm nobremente a fama dos seus predecessores.

Oxalá não lhes falte, de futuro, a protecção dos governantes, sempre tão difficil de obter para assumptos d'esta ordem...

*

A industria da tecelagem manual da seda acha-se, em Braga, estacionaria, embora relativamente prospera.

Não tecem alli, é certo, toda a infinidade de sedas que, ainda ha seculo e meio, se fa-

(1) A «Escola Industrial Bartholomeu dos Martyres» tem-se limitado, como tantas outras, a ensinar desenho.

A FIAÇÃO E A TECELAGEM MANUAES EM PORTUGAL

bricavam em Portugal, nem tentaram tambem a reconstituição dos riquissimos tecidos dos seculos XVI e XVII, á semelhança do que se tem feito em França e na Italia (1); mas os productos sahidos das suas officinas, rigorosamente inspirados em antigos padrões, primam por um esmero de fabrico que affirma a aptidão, talvez hereditaria, dos tecelões e a competencia de quem os dirige.

José Accursio das Neves (2) dá nota da existencia, na capital minhota, das seguintes fabricas, segundo «informação e mappa do Corregedor da comarca, de 26 de Setembro de 1811»:

- de Lourenço Francisco da Silva Porto (fechada por falta de officiaes);
 - de José Boaventura da Silva Porto (consome na provincia);
 - de Thomé Joaquim Rolão (fechada);
 - de Pedro Luiz do Valle (consome na terra);
 - de José de Almeida (idem);
 - de Antonio José Fernandes (fechada por falta de officiaes).
- Resumo: tres fabricas fechadas e tres em laboração.

Agora, decorridos 105 annos, trabalham, naquella cidade, egualmente tres fabricas e uma nos arredores, na freguezia de Celleirós.

Concorreu muito, sem duvida, para este estacionamento a decadencia da sericultura nacional: os actuaes fabricantes empregam exclusivamente, na sua industria, a seda estrangeira, que recebem já fiada e mandam tingir no Porto, chimicamente.

A materia-prima fica-lhes, por isso, excessivamente cara.

Se elles dispozessem, como os seus collegas de ha um seculo, de seda produzida na proxima provincia de Traz-os-Montes (3) e tinta, depois, pelos processos tradicionaes, ainda hoje em voga entre o povo, os seus productos teriam a favorecê-los o encanto d'essas côres vegetaes, quasi inalteraveis, que constituem a principal belleza dos tecidos antigos, e um barateamento que lhes asseguraria, decerto, mais facil collocação.

Technicamente, porém, não os considero inferiores ao que de melhor se fabricou em Portugal, nos dois ultimos seculos, e muito honram, por tudo, as officinas de que vou occupar-me:

Fabrica de José Joaquim d'Oliveira. — E', segundo me affirmam os seus actuaes proprietarios — viuva e filhos do fundador, ha poucos meses fallecido — a mais antiga de todas as fabricas de Braga.

Situada na rua do Souto, no ultimo pavimento do predio em que está installado o seu deposito (n.ºs 103 e 105), dedicava-se, desde a sua fundação, exclusivamente á tecelagem de sedas para usos religiosos.

(1) No *Antico Setificio Fiorentino*, de Florença, têm-se reproduzidoprimerosamente todos os tecidos em que a Italia tanto se celebrizou: damascos, brocados, brocateis, armezins, tafetás, setins, etc.

(2) *Variedades*, tomo I, pag. 196.

(3) A fiação e a tecelagem da seda, nesta provincia, hoje sómente exercidas como industria popular, constituem o assumpto do proximo artigo.

A FIAÇÃO E A TECELAGEM MANUAES EM PORTUGAL

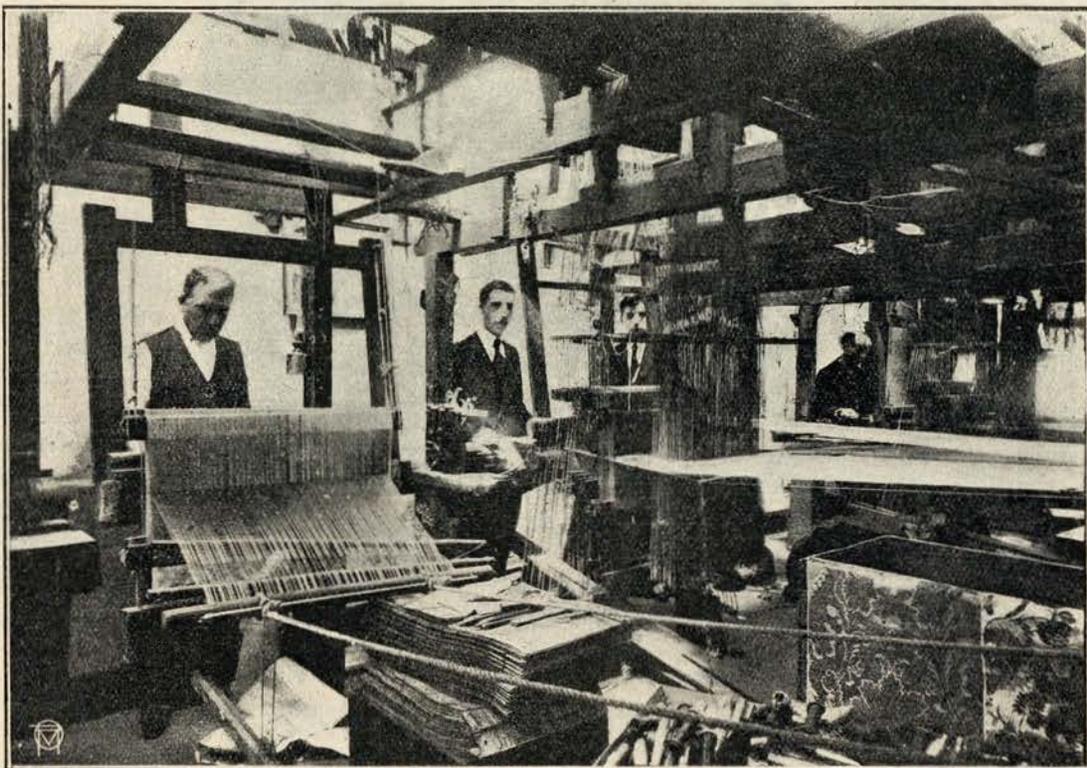
A proclamação da republica e a lei da separação da Igreja do Estado, tendo contribuido muito para a decadencia d'esta industria, obrigaram, porém, o seu proprietario, a introduzir um novo ramo: o fabriço de lenços de cabeça.

Trabalha actualmente com 6 teares (1), possuindo mais 3, desmontados, todos manuaes.

Possue tambem: 1 «roda caneleira» (para encher canelas); 1 «engenho de dobar»; 1 «requifeiro» (engenho para fazer requife) e 1 tear de galões, desmontado.

Fabrics principalmente:

Damasco, larg. 0^m,55 — *Damasco espolinado* (2), larg. 0^m,55 — *Nobreza*, larg. 0^m,65 — *Meia nobreza*, larg. 0^m,55 — *Lustrina*, larg. 0^m,55.



FABRICA DE JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA (HERDEIROS) — BRAGA

Antigamente, fabricava mais tecidos, como *damasco* e *lustrina a ouro*, *setim*, *sedinha*, *seda de matiz*, *reps*, etc., que ainda hoje tece por encomenda e dos quais vi algumas amostras que figuraram nas exposições de Paris, em 1900, e Rio de Janeiro, em 1908, de facto muito interessantes e imitando perfeitamente as sedas do seculo XVIII.

(1) Alguns d'estes teares são muito antigos, anteriores mesmo, sem duvida, ás fabricas de que nos deixou nota José Accursio das Neves.

(2) De «espolins», pequenas lançadeiras.

A FIAÇÃO E A TECELAGEM MANUAES EM PORTUGAL

Um dos proprietarios d'esta fabrica, o sr. José Joaquim d'Oliveira Junior, que tão amavelmente me serviu de guia na minha visita e a quem renovo, agora, os meus agradecimentos, disse-me querer continuar com a sua industria, não obstante o fallecimento de seu pae, pensando mesmo em desenvolvê-la.

Oxalá assim succeda e os seus esforços sejam coroados de bom exito!

Fabrica «A Bracarense», de Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos — Está situada na rua de D. Frei Caetano Brandão, n.^{os} 178 e 180, e excellentemente installada.



SETIM LAVRADO A OIRO — INDUSTRIA DE BRAGA

Paralisa-
da a sua labo-
ração, logo
após a implan-
tação da Repu-
blica, assim es-
teve durante
perto de qua-
tro annos.
Agora, mais
normalizada a
questão reli-
giosa, tem a
trabalhar to-
dos os seus 8
teares, pos-
suindo ainda os
seguintes ma-
chinismos: 2
«rodas canelei-
ras»; 1 «urdideira»; 1 «esquinhadeira» (1); 1 «engenho de dobar», de 12 parabolos, e 1 «requifeiro», alguns dos quaes de construcção muito rudimentar.

Tece usualmente:

Damasco simples e espolinado, lustrina, nobreza, meia nobreza e velludo liso.

Por encomenda, fabrica: *damasco e lustrina a oiro, lhama de prata, setim lavrado e a matiz, gorgorão, faile, glacé, etc.*

Esta fabrica, cujo proprietario igualmente me dispensou o mais grato acolhimento, é hoje a unica em Braga e, segundo creio, em todo o paiz, onde se tece manualmente o velludo, o qual póde rivalisar com o melhor que outr'ora se fabricou em Portugal.

Devem tambem notar-se uns damascos encorpados, lindissimos, lembrando os tecidos d'este genero que, ha dois seculos, nos vinham da Italia.

Manuel da Silva Pereira de Vasconcellos tinha tomado conta d'uma importante encomenda de velludo lavrado, para a extincta Casa Real, a qual não chegou a executar,

(1) Desconheço a applicação d'este machinismo.

A FIAÇÃO E A TECELAGEM MANUAES EM PORTUGAL

por motivo da queda da monarchia. Mandou vir de França, para esse fim, algumas peças, que teria de montar num dos seus teares, e conserva ainda o desenho do padrão que tentava reproduzir, inspirado num velho velludo do seculo xvii.

Fabrica de José da Silva Pereira de Vasconcellos — Está installada na rua do Souto, n.^{os} 100 a 106, e foi fundada em 1840.

A' data da proclamação da republica, tinha 7 teares a trabalhar; agora, porém, funciona apenas com 3.

Dedica-se principalmente, como todas as outras officinas, ao fabrico de:

Damasco de seda e de seda e oiro, lustrina e nobreza. Por encomenda, tece tambem: *setim liso, lavrado e matisado, faile, brocatel e gorgorão*.

Teve ainda 2 teares de velludo e 2 de galão, que foram desmontados.

Fabrica de Manuel José Francisco da Silva — Situada no lugar do Covello, freguezia de Celleirós, concelho de Braga, a sua fundação, segundo affirma o actual proprietario, data dos fins do seculo xviii.

Ha setenta annos, foram reformados os antigos teares *de puxadores*, tendo-se-lhes introduzido o systema Jacquard.

Trabalha actualmente com 5 teares, tendo mais 6, desmontados, dos quaes 2 são de galão.

Tece:

Damascos simples e a oiro, lustrina, gorgorão, nobreza, meia nobreza, tafetá, etc.

Ao contrario do que se dá em quasi toda a industria portuguesa da tecelagem manual, nos teares de Braga só trabalham homens. Fabricando sempre de empreitada, um tecelão pôde ganhar, por dia, de 1.200 a 3.000, conforme a seda que estiver tecendo, pois, ao passo que ha tecidos simples, lisos, dos quaes cada operario pôde fabricar, diariamente, tres a quatro metros, outros ha em que essa producção não vae além de um metro.

O trabalho é ajustado a metro e a liquidação feita depois de concluida a peça.

Como já disse, as sedas de Braga destinam-se quasi exclusivamente á confecção de alfaias religiosas, dando-lhes largo consumo a arte da paramentaria, que d'alli fornece todo o paiz.

Quantos centenares de metros de seda não sahirão da capital minhota, annualmente, em casulas, dalmaticas, pluviaes, opas, estollas, frontaes, pallios, pendões, umbellas, etc?

No entanto, para que esta sua industria, tão rica e tão linda, viva e prospere, afigura-se-me necessario que um novo ramo lhe seja introduzido: o da reproducção de antigos tecidos, para applicações artisticas.

Aproveitando a corrente propicia a iniciativas de Arte, que já hoje, felizmente, se manifesta entre nós — a mesma que assegura a vida d'esta Revista — as fabricas bracaenses poderão dar um grande impulso ao seu trabalho.

Todos sabem a variedade de applicações dos tecidos de seda na decoraçáo de um in-

MEDICINA POPULAR: «QUEBRADURA»

terior, modernamente tornados mais obrigatórios, dado o gosto pelos antigos estilos, e seriam, decerto, preferidos, para esse fim, aquelles que alliassem ao rigor da reproducção e á excellencia do fabrico a marca de uma officina portuguesa.

Modelos não faltam, tanto nos museus, como nalgumas collecções particulares.

Um pequeno nucleo que tenho conseguido reunir e no qual ha tecidos dos quatro ultimos seculos, fica desde já á disposição dos fabricantes de Braga que queiram aproveitar o meu alvitre.

Uma pequenina exposição em Lisboa não poderia, depois, tornar conhecidos os resultados d'essas tentativas?

Chamo para o assumpto a attenção do meu amigo sr. Francisco Lage, illustre bracarense, a quem me cumpre agradecer a sua valiosa cooperação neste estudo, e a d'aquelles a quem está confiada, em Portugal, a sorte das ultimas fabricas manuaes de tecer a seda — arte delicadissima, que não devemos deixar morrer.

(Continúa.)

D. SEBASTIÃO PESSANHA.



MEDICINA POPULAR: «QUEBRADURA»

(Continuado de pag. 143 do tom. I)

A êste ponto de concretização, de materialidade, é levada a idea de correspondência entre a planta e a criatura. Há, entre uma e outra, sôbre isso, comunidade de destinos, sinergia vital. As plantas solidarizam-se com os doentes, para a vida ou para a morte. «L'homme, à l'état de nature, — diz Gubernatis (1) — a toujours retrouvé une analogie si intime entre le règne végétal et le règne animal, et spécialement entre la vie des plantes et celle des hommes, qu'il a toujours supposé une sorte de correspondance fatale entre les uns et les autres». É sabido o velho costume de, quando nasce uma criança, se plantar uma árvore, que é tratada carinhosamente, porque o seu destino se reflectirá no destino do novo ser humano (2).

Notarei — para citar um exemplo em prova desta simpatia funcional — a seguinte curiosa tradição, em que também se fala do linho: «Le lin est symbole de vie, de végétation facile et abondante. C'est pourquoi, en Allemagne, lorsqu' un enfant grandit mal, ou qu'il ne marche point, la veille de la Saint-Jean on le place tout nu sur le gazon, et on sème du lin sur ce gazon et sur l'enfant même; dès que le lin commencera a pousser, l'enfant aussi doit commencer à pousser et à marcher; le même rite peut s'accomplir au printemps» (3).

(1) Obra citada, I, pág. XXVIII.

(2) Vid. obra cit., I, pág. XXVIII-XXIX, 39, 40, e II, pág. 296. — Acêrca de o homem e a planta vid. também s. v. *Adam (arbre d')* I pág. 2, loc. cit.; Gaidoz, *Un vieux rite méd.*, pág. 79 e segg.; Teófilo Braga, *O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*, II, pág. 19; etc., etc.

(3) Gubernatis, *La Mythologie des Plantes*, II, 199.

MEDICINA POPULAR: «QUEBRADURA»

Na passagem pelo vime, carvalho etc., a *ligadura* vai rematar a obra: juntar estreitamente as partes abertas da planta, desfazendo a fenda, e deixando lá bem fixo o agente morbígeno.

A simples ligadura é, por sua vez, também um processo de transporte de doenças (1). Já Plínio Valeriano, no século IV, aconselhava que se ligasse uma árvore, dizendo certas palavras, para a cura da febre-quartã (2). No Altmark, para que as dôres de cabeça passassem, ligava-se três vezes a cabeça com um fio e depois atava-se esse fio numa árvore: a primeira ave que pousasse na árvore levava a dôr (3). Compare-se com a versão 10, segundo a qual se enrola na criança uma fita, com que depois se liga o vime.

A transplantação da doença está, porém, essencialmente, para o caso de que trato, na *passagem* através do caule, e a *ligadura* é um rito sobreajuntado, necessário sobretudo para a reposição da planta no primitivo estado.

Já até aqui temos visto como se encontram associados, para um fim único, vários ritos. Mas outros, como se nota nas variantes cerimoniais expostas, se juntam ainda: a passagem pelo fogo (Vid. versão 22) (4), a oferenda da roupa do doente (Vid. 8) (5), de que o enrolamento da camisa no caule (Vid. 6., 18. e 21.) é uma variante, e, sabido como o acto é solene, o *silêncio* (6). Sem falar na *noite* e *hora* escolhidas, etc.

O transporte da doença para a pedra, como na tradição galega citada (v. 24.), para o solo, ou para animais, como se vai ver, é na essência a mesma coisa: «Man heilte aber auch, indem man *kinder* oder *vieh* durch ausgehölzte *erde* (7), *hole steine* (8) oder einen *gespaltten baum* gehen und kriechen liefs. Das hielt allen zauber ab, oder vernichtete ihm oder wirkte sympathetisch. schon die canones Edgari nach der ags. übersetzung bei Thorpe p. 336» etc. etc. . . «mulieres, quae habent vagientes infantes, *effodiunt terram* et ex parte *pertusant eam* et per illud foramen *pertrahunt* infantem» (abergl. A.) ammen nehmen das neugeborne kind und *stofsen es durch ein hol* (abergl. G. v. 137): will es nicht gehen lernen, läfst man es *durch ranken des brombeerstrauchs* kriechen, die in die erde gewachsen sind (abergl. 818). Kranke schafe müssen durch eine *gespaltne junge eiche* kriechen. «nullus prae-sumat pecora *per cavam arborem* aut *per terram foratam transire*» (abergl. A.) . . (9).

Vid. explicações e teorias in UN VIEUX RITE MÉDICAL, de H. Gaidoz, capítulo VI, e especialmente pag. 78 e segg.

(1) Vid. Gubernatis, *loc. cit.*, I, 110-111 e 202; Jacó Grimm, *Deutsche Mythologie*, já cit. por J. Leite de Vasconcelos, *Trad. pop. de Port.*, pág. 114, nota 88.

(2) Gubernatis, *loc. cit.*, pág. 202. Vid. também pág. 111 e 203.

(3) *Zeitschrift*, XIII, 73, apud *La Mythol. des Plantes*, pág. 202-203. Também in *Deutsche Mythol.*, de Jacó Grimm, 4.^a ed., III (Berlim 1878) «Nachträge und Anhang», pág. 343: «Will kopfweh nicht weichen, so *windet* man einen faden dreimal um den *kopf* des kranken und hängt ihn als schlinge in einen *baum*. Wenn dadurch ein *vogel* fliegt, so *nimmt* er das kopfweh mit weg».

(4) Vid. *Revue des Traditions populaires*, XVIII, 13—artigo de P. Saintyves.

(5) Cfr. Gaidoz, *Un vieux rite médical*, pág. 11 e segg.

(6) Cfr. Gaidoz, *loc. cit.*, pág. 12: «le silence est un rite important».

(7) Vid. também Gaidoz, *Un vieux rite méd.*, pág. 21 e segg.

(8) Vid. também Gaidoz, *ibidem*, pág. 25 e segg.

(9) J. Grimm, *Deutsche Mythologie*, II, 975-976.

MEDICINA POPULAR: «QUEBRADURA»

Outros processos de cura: (1)

a) — Abre-se um cãozinho preto recém-nascido e tiram-se-lhe os intestinos, os quais são aplicados, ainda quentes, sobre a hérnia, e aí localizados por uma ligadura de pano durante vinte-e-quatro horas. [S.^{to} António-da-Charneca (Vale-do-Cóina)]. (2) Este processo terapêutico é ainda um vestígio da velha medicina; lê-se na POLYANTHEA MEDICINAL (3): «A segunda advertência he, que nem os soluços, que sobrevem aos quebrados, nem as dores, que procedem de quebraduras, se tiraõ, em quanto se não recolhe a dita quebradura; para a recolher, & tirar as dores, & soluços, não ha melhor remedio que porlhe em cima da quebradura hum caõ vivo, fazendo-o estar alli tres, ou quatro horas, para que com a quentura natural do caõ se resolvaõ alguns flatos, & se desinche a quebradura, para que mais facilmente se possa recolher». . . — E Curvo Semedo, a seguir, aponta vários casos. Na pág. 324, diz o mesmo autor: . . . «algumas vezes procedem as colicas de quebraduras, & estas se curaõ bem recolhendo a quebradura, cujo grande remedio he pôr sobre a quebradura hum caõ vivo (como já disse), porque com a quentura natural do caõ se resolve o flato, se abranda a dor, se facilita o recolhimento, & consequentemente se tira a Colica, como observey em muytas pessoas, que deyxo de nomear, porque se não offendaõ de eu fazer publico o achaque, que elles tem secreto.»

No artigo sobre as «bexigas» (4), arqueei o velho processo terapêutico de curar a varíola aplicando pombos, abertos pelo dorso, nos pés do doente, assim como outras terapias populares do mesmo género. — Suponho, é claro, que Semedo applicava o caõ vivo aberto ao meio.

Deve-se vêr aqui ainda um resto da antiquíssima passagem por entre as duas metades de um animal para lhe transmitir a doença.

«Un rite plus primitif [que o da passagem entre duas coisas] — diz Gaidoz (5) — est sans doute celui qui consiste à sacrifier un animal, à le couper par le milieu et à passer entre ces deux moitiés. «En Béotie, dit Plutarque, il y a une expiation publique qui consiste à couper un chien en deux et à passer à travers ces debris.» (6) —

É, na essência, o mesmo rito: transplantação da doença, por intermédio de abertura. (7)

(Continúa.)

CLAUDIO BASTO.

(1) Já acima ficou citado o uso de *unguento de solda* [versão 16.] e o de *sangue de lagarto* [versão 17.].

(2) Sobre a transmissão de doenças aos animais e a applicação dos seus tecidos ainda quentes, vid. J. Grimm, *Deutsche Mythologie*, II, 979 e seg., III, 344.

(3) João Curvo Semedo, *Polyanthea Medicinal*, 4.^a ed., Lisboa 1727, pag. 307. — Vid. também pág. 787.

(4) Publicado no *Portugal médico*, do Pôrto, II, n.^o 1, pág. 48; pág. 9 da Separata.

(5) *Un vieux rite méd.*, pág. 69.

(6) Cfr., como também nota H. Gaidoz, *Génese*, XV, 9.10, e *Jeremias*, XXXIV, 18: «E a estes homens, que são prevaricadores da minha alliança, e não guardarão as palavras do concerto, com as quaes concordarão na minha presença, eu os farei como o bezerro, que dividirão em duas partes, e passarão pelo meio das suas porções:» — *A Biblia Sag.*, trad. por António Pereira de Figueiredo, Lisboa 1794.

(7) Acêrca de outros aspectos ainda dêste rito, vid. Gaidoz, *obra cit.*



SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO

Na Administração d'esta Revista encontram-se á venda :

— Capas para encadernar o 1.º volume (n.ºs 1 a 6), gravadas a vermelho e preto, sobre linho nacional, ao preço de **\$50 (quinhentos reis)** cada.

— O 1.º volume, devidamente encadernado, ao preço de **1\$90 (mil e novecentos reis)** cada exemplar.

— A segunda edição do n.º 1, que se achava exgotado, ao preço usual de **\$20 (duzentos reis)** cada exemplar.

Tambem nos encarregamos da encadernação do volume, nas mesmas capas, bastando, para isso, que nos sejam enviados os 6 numeros que o compõem, acompanhados da importancia de **\$70 (setecentos reis)** por cada volume a encadernar.

Em todos estes preços estão incluidos o porte do correio e a embalagem. Todos os pedidos devem vir acompanhados das respectivas importancias.

